

2 — Programa, forma e natureza da prova — O programa da prova é publicado no anexo I ao presente aviso, do qual faz parte integrante. A prova de acesso é escrita e será classificada de 0 a 20 valores. A classificação inferior a 9,5 valores implica a não aprovação do candidato.

3 — Composição do júri — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Vítor Manuel Leitão Ribeiro, Vice-Presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça.

Vogais efetivos (6) — Eva Maria Pacheco Pinto Jorge, diretora de Serviços de Administração Judiciária, que substitui o presidente nas suas ausências e impedimentos.

Helena de Almeida Esteves, chefe da divisão de Gestão de Recursos Humanos dos Tribunais.

José António Amaral Póvoas, formador-coordenador.

Manuel Borges Caeiro, formador-coordenador.

Zulmira Maria Ribeiro Trindade Simas, formadora-coordenadora.

Jorge Manuel da Silva Ribeiro, formador-coordenador.

Vogais suplentes (6) — Maria Fernanda Dourado Tomaz, chefe da divisão de Planeamento e Organização.

Maria Cristina de Almeida Mendes, técnica superior.

Pedro José da Cruz Freire, formador-coordenador.

Carménio António Pereira Nabais, formador-coordenador.

João Carlos Filipe Campos, administrador Judiciário do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre.

Eduarda Manuela Pereira Lopes Felizardo, coordenadora técnica.

4 — Forma e prazo de apresentação das candidaturas — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao diretor-geral da Administração da Justiça, de acordo com o modelo publicado no anexo II ao presente aviso e disponível na página eletrónica da DGAJ (www.dgaj.mj.pt). As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente na Direção-Geral da Administração da Justiça, sita na Av. D. João II, n.º 1.08.01 D/E, 1990-097 Lisboa, ou remetidas pelo correio, registado, para o mesmo endereço, até ao termo do prazo para apresentação das candidaturas atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

7 de novembro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

ANEXO I

Programa da Prova

Processo Civil:

Noções gerais

Princípios fundamentais

Pressupostos processuais

Classificação das ações quanto ao objeto e à forma

Atos processuais em geral

Atos processuais em especial

Da instância

Início, desenvolvimento e extinção

Incidentes da instância — noções gerais

Procedimentos cautelares — noções gerais

Formas de processo

Disposições comuns

Processo declarativo comum e sua tramitação — noções gerais

Processo executivo e sua tramitação — noções gerais

Processo Penal

Princípios gerais:

Sujeitos do processo — do juiz e do tribunal, do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal, do arguido e do seu defensor, do assistente e das partes civis

Atos processuais em geral

Nulidades

Competências

A prova

Medidas de coação e de garantia patrimonial

Fases processuais

Inquérito

Instrução — Noções gerais

Julgamento — Noções gerais

Recursos

Execuções — Noções gerais

Formas de processo comuns e especiais

Custas Processuais

Custas — noção

A unidade de conta processual — UC

O regulamento das custas processuais e os códigos de processo

Isonções e suas modalidades

Fixação de base tributável

A taxa de justiça e as suas variantes

Os encargos

As custas de parte

As multas processuais

A conta de custas

Pagamento das custas

O Regime de acesso ao direito e aos tribunais

Regime Jurídico dos funcionários de justiça

Direitos, deveres e incompatibilidades dos oficiais de justiça

Férias, faltas e licenças

ANEXO II

Modelo de requerimento

EXMO SENHOR DIRETOR-GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CANDIDATURA À PROVA PARA ACESSO À CATEGORIA DE TÉCNICO DE JUSTIÇA PRINCIPAL

Dados pessoais:

Nome	
Data de nascimento	
N.º BI / Cartão Cidadão	Validade
Serviço de Identificação	N.º de Contribuinte
Morada	
Código Postal	Concelho
Telefone	Telemóvel
E-mail	

Dados profissionais:

Serviço onde exerce funções	E-mail profissional
Categoria profissional	N.º mecanográfico
Classificação de serviço	Antiquidade na categoria (anos completos)

Vem requerer a V. Ex.ª que se digne admiti-lo ao procedimento concursal para a prova de acesso à categoria de técnico de justiça principal, aberto por aviso publicado na 2.ª série do Diário da República de

Local onde pretende realizar a prova:

Coimbra	Porto
Faro	Funchal
Lisboa	Ponta Delgada

Assinatura _____ Data _____

208223439

Aviso n.º 12811/2014

Ao abrigo do artigo 32.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto (EFJ), e nos termos do artigo 2.º do Regulamento da Prova de Acesso nas Carreiras de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pela Portaria n.º 174/2000, de 23 de março, torna-se público que, por meu despacho desta data, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso de admissão à prova de acesso à categoria de escrivão de direito da carreira judicial do grupo de pessoal oficial de justiça.

1 — Requisitos de admissão — em conformidade com as disposições conjugadas dos artigos 33.º, 11.º e 9.º do EFJ, à prova de acesso à categoria de escrivão de direito podem candidatar-se os oficiais de justiça que, no termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, sejam titulares das categorias de escrivão-adjunto ou de técnico de justiça-adjunto, com três anos de serviço efetivo e classificação mínima de Bom na categoria, bem como os oficiais de justiça titulares da categoria de técnico de justiça principal.

2 — Programa, forma e natureza da prova — O programa da prova é publicado no anexo I ao presente aviso, do qual faz parte integrante. A

prova de acesso é escrita e será classificada de 0 a 20 valores. A classificação inferior a 9,5 valores implica a não aprovação do candidato.

3 — Composição do júri — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Vítor Manuel Leitão Ribeiro, Vice-Presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça.

Vogais efetivos (6) — Eva Maria Pacheco Pinto Jorge, diretora de serviços de Administração Judiciária, que substitui o presidente nas suas ausências e impedimentos.

Helena de Almeida Esteves, chefe da divisão de Gestão de Recursos Humanos dos Tribunais.

José António Amaral Póvoas, formador-coordenador

Manuel Borges Caeiro, formador-coordenador

Zulmira Maria Ribeiro Trindade Simas, formadora-coordenadora

Jorge Manuel da Silva Ribeiro, formador-coordenador.

Vogais suplentes (6) — Maria Fernanda Dourado Tomaz, chefe da divisão de Planeamento e Organização.

Maria Cristina de Almeida Mendes, técnica superior.

Pedro José da Cruz Freire, formador-coordenador.

Carménio António Pereira Nabais, formador-coordenador.

João Carlos Filipe Campos, administrador Judiciário do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre.

Eduarda Manuela Pereira Lopes Felizardo, coordenadora técnica.

4 — Forma e prazo de apresentação das candidaturas — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao diretor-geral da Administração da Justiça, de acordo com o modelo publicado no anexo II ao presente aviso e disponível na página eletrónica da DGJ (www.dgaj.mj.pt). As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente na Direção-Geral da Administração da Justiça, sita na Av. D. João II, n.º 1.08.01 D/E, 1990-097 Lisboa, ou remetidas pelo correio, registado, para o mesmo endereço, até ao termo do prazo para apresentação das candidaturas atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

7 de novembro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

ANEXO I

Programa da Prova

Processo Civil

Noções gerais

Princípios fundamentais

Pressupostos processuais

Classificação das ações quanto ao objeto e à forma

Atos processuais em geral

Atos processuais em especial

Da instância

Início, desenvolvimento e extinção

Incidentes da instância — noções gerais

Procedimentos cautelares — noções gerais

Formas de processo

Disposições comuns

Processo declarativo comum e sua tramitação

Processo executivo e sua tramitação

Processo Penal

Princípios gerais

Sujeitos do processo — do juiz e do tribunal, do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal, do arguido e do seu defensor, do assistente e das partes civis

Atos processuais em geral

Nulidades

Competências

A prova

Medidas de coação e de garantia patrimonial

Fases processuais

Inquérito — Noções gerais

Instrução

Julgamento

Recursos

Execuções

Formas de processo comuns e especiais

Custas Processuais

Custas — noção

A unidade de conta processual — UC

O regulamento das custas processuais e os códigos de processo

Isonções e suas modalidades

Fixação de base tributável

A taxa de justiça e as suas variantes

Os encargos

As custas de parte

As multas processuais

A conta de custas

Pagamento das custas

O Regime de acesso ao direito e aos tribunais

Regime Jurídico dos funcionários de justiça

Direitos, deveres e incompatibilidades dos oficiais de justiça

Férias, faltas e licenças

ANEXO II

Modelo de requerimento

EXMO SENHOR DIRETOR-GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CANDIDATURA À PROVA PARA ACESSO À CATEGORIA DE ESCRIVÃO DE DIREITO

Dados pessoais:

Nome			
Data de nascimento			
N.º BI / Cartão Cidadão	Validade		
Serviço de identificação	N.º de Contribuinte		
Morada			
	Código Postal	Concelho	
Telefone	Telemóvel	E-mail	

Dados profissionais:

Serviço onde exerce funções	E-mail profissional
Categoria profissional	N.º mecanográfico
Classificação de serviço	Antiquidade na categoria (anos completos)

Vem requerer a V. Ex.ª que se digne admiti-lo ao procedimento concursal para a prova de acesso à categoria de escrivão de direito, aberto por aviso publicado na 2.ª série do Diário da República de

Local onde pretende realizar a prova:

Coimbra	Porto
Faro	Funchal
Lisboa	Ponta Delgada

Assinatura	Data
------------	------

208223358

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 13925/2014

Por despacho de 2014.10.24, do Diretor Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo:

Maria do Carmo Martins Domingues Lopes, Assistente Operacional do mapa de pessoal da Escola Secundária de Camões, Emília de Jesus Dias Martins e Maria Carolina Marta Ribeiro Filipe, Assistentes Operacionais do mapa de pessoal do Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina, Rosa Maria Aires Moreira da Silva Sousa, Assistente Operacional do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P., Elisabete Maria de Oliveira Moreira, Assistente Operacional do mapa de pessoal do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto, Rafael Romero Lopes de Almeida e Luís Miguel Alves de Oliveira, Assistentes Operacionais do mapa de pessoal civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Alexandra Carreiras Lourenço da Cruz, Assistente Operacional do mapa de pessoal do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E., Bruno Filipe Rodrigues Lameirão e Luís Miguel Cordeiro Páscoa, Assistentes Operacionais do mapa de pessoal civil do Exército, Maria Manuela Santos Bernardo, Assistente Operacional do mapa de pessoal do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas — Universidade de Lisboa, Luís Miguel Lopes Campino, Assistente Operacional do mapa de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., Maria Luísa da Conceição Pereira Horta Filipe, Assistente Operacional do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Saúde — Doutor Ricardo Jorge, I. P. e Mário José do Sacramento Mendes Delgado, Assistente Operacional do mapa de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E. — contratados, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, após procedimento concursal, como Assistentes Operacionais, da carreira de Assistente Operacional, do mapa de pessoal